

AGRICULTURA GERAIZEIRA, IDENTIDADE E EDUCAÇÃO¹

Geraizeira agriculture, identity and education

DAYRELL, Carlos Alberto²

RESUMO

Na contramão do modelo agrário/agrícola que avançou sobre os cerrados brasileiros com base na monocultura empresarial persistem ainda, em diversos recantos, povos e comunidades que mantêm vivos sistemas diferenciados de produção e de relações com a natureza mediada por outros padrões. É o caso da agricultura geraizeira que se desenvolveu nos altiplanos dominados pelos cerrados no Norte de Minas Gerais cujos circuitos econômicos repercutem de forma significativa na vida de milhares de famílias camponesas e com incidência nos mercados com uma diversidade de produtos, in natura ou beneficiados, que são consumidos por outros tantos consumidores. Circuitos econômicos que se mantêm na invisibilidade em um contexto de encurralamento e de apagamento a que vem sendo submetidas estas comunidades. A resistência que empreendem é de luta por direitos territoriais e pelo reconhecimento da sua contribuição como formadores do patrimônio cultural da nação brasileira e pela valorização do saber tradicional no manejo sustentável dos cerrados. A agroecologia tem sido um dos instrumentos destes povos, em confronto com as políticas públicas de educação e extensão rural que considera o público rural como um público que precisa de "assistência" técnica. Acionam a perspectiva da *docência camponesa* onde, através de redes sociotécnicas, comunidades de práticas articulam conhecimentos locais e conhecimentos técnico-científicos, internos e externos, escolares e não-escolares numa situação de aprendizagem intencionada, entre sujeitos de saberes, "mestres e aprendizes", que tem seu foco nos processos de aprendizagem em redes de intercâmbios, de formação e de trocas cooperativas.

Palavras-chaves: Agroecologia; Povos e saberes tradicionais; Geraizeiros.

ABSTRACT

Differently the agrarian / agricultural model that advanced on the Brazilian Cerrado based on monoculture corporate, persist in many places, people and communities that keep alive different systems of production and relations with nature mediated by other standards. This is the case of "geraizeira" agriculture that developed in the highlands dominated by "cerrado" in northern Minas Gerais state, in Brazil, whose economic circuits significantly affect the lives of thousands of peasant families and incide on markets with a diversity of products, fresh or processed that are consumed by other consumers. Economic circuits that remain invisible in a context of erasure that has been subjected to these communities. The resistance is waging a struggle for land rights and recognition of their contribution as trainers of the cultural heritage of the Brazilian nation and the appreciation of traditional knowledge in sustainable management of "cerrados". Agroecology has been one of the instruments of these people on confront with public education and extension policy that considers the rural public as a public that needs "assistance" technique. Favors the prospect of *peasant teaching* where, through socio-technical networks, communities of practice articulate local knowledge and technical-scientific knowledge, internal and external, school and non-school, in a situation of learning intentioned, between subject of knowledge, "teachers and students", which focuses on learning processes in networks of exchanges, training and cooperative changes.

Keywords: Agroecology; Peoples and traditional knowledge; Geraizeiros.

¹ Agradeço a contribuição de Rosely Augusto não apenas pelas sugestões ao texto, mas principalmente pela trajetória de animação, reflexões e contribuições com os movimentos sociais do sertão mineiro.

² Agrônomo e pesquisador do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas com mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável – Universidade Ibero Americana - UIA - Huelva / Espanha.

INTRODUÇÃO

Falar sobre agricultura geraizeira remete a uma breve análise sobre o contexto em que emerge, no cenário nacional, novas identidades associadas ao desenvolvimento da agricultura em contraponto ao processo de globalização que tenta impor ao mundo contemporâneo a lógica ocidental e seu sistema econômico. Lógica que, na agricultura, gerou os complexos agroindustriais, o agronegócio, este se apresentando como a única via capaz de atender à demanda da sociedade por alimentos e outros produtos necessários à existência humana.

Analisando o desenvolvimento da agricultura brasileira, podemos organizá-lo, historicamente, em duas grandes vias, com uma terceira em construção. Um primeiro caminho, a partir da ocupação colonial portuguesa, o desenvolvimento da agricultura em sistemas de *plantation*, iniciada com o ciclo da cana na região nordeste, em seguida pelo café, que perdura até o processo de industrialização iniciado nos anos 1930. O que caracteriza a agricultura desse período é uma produção destinada a abastecer o mercado externo, que convive, mesmo que à margem e sem políticas específicas, com a produção destinada ao abastecimento do mercado interno, esta realizada em grande medida pela agricultura camponesa que se desenvolveu nos interstícios da sociedade brasileira (PRADO JR., 1979). Agricultura que surge de formas diversas junto com o processo de ocupação colonial, absorvendo, de forma significativa, a tradição indígena associada com a portuguesa e, em seguida, a tradição dos negros das costas africanas. Que se enriquece ainda mais com a imigração europeia e japonesa estimulada pelos governos no final do século XIX e início do século XX.

Com o advento do processo de industrialização, iniciado nos anos 1930, e sem reformulações na base produtiva de alimentos, a década de 1950 passa a ser palco de um grande debate sobre os rumos de um modelo de agricultura que atendesse à crescente demanda por alimentos junto aos centros urbanos que se industrializavam rapidamente. A falta de políticas específicas destinadas àqueles que tradicionalmente eram os principais responsáveis pela produção de alimentos no Brasil, associada com o processo de industrialização, levou a uma migração para as cidades, em escala significativa, de um grande número de moradores que até então viviam nas zonas rurais ou em pequenos núcleos urbanos do país. Abre-se então um grande debate acerca de políticas que estimulassem a permanência dos lavradores na terra e o concomitante aumento da produção de alimentos. O debate se polariza: de um lado, os defensores de reformas mais profundas na sociedade que promovessem a democratização do acesso à terra, à educação, do sistema de remessa de lucros dos bancos para o exterior; de outro lado, os setores oligárquicos do latifúndio que, resistentes em abrir mão de seus direitos sobre as terras, se associam com os interesses do capital internacional que passaram a dominar a agricultura de base industrial, desenvolvida principalmente pelos Estados Unidos e que deu origem à chamada Revolução Verde.

O Golpe Militar ocorrido em 1964 sufocou pelas forças das armas o debate. Impôs-se então um conjunto expressivo de políticas reformulando o sistema de pesquisa, educação e de fomento à modernização da agricultura com créditos e assistência técnica subsidiados pelo Estado. Estímulo que possibilitou uma modernização em escala ampliada dos antigos latifúndios como empreendimentos agropecuários capitalistas, em detrimento da agricultura camponesa tradicional.

Denominada de “modernização conservadora”, a política que foi desenvolvida a partir de então levou ao extremo a dicotomia produção x conservação. No caso dos cerrados brasileiros, esta movimentação “civilizadora” se avizinha sob as vestes modernas do que passou a ser denominado como agronegócio.³ Busca integrar essa região, a todo custo, como produtora de matéria-prima barata, ora com os plantios homogêneos de eucalipto para a produção de celulose e carvão, que vai alimentar os altos-fornos que aquecem a cadeia do aço e os negócios correlatos a este; ora com os pólos de agricultura irrigada; ora pecuária de corte ou os pólos de soja, algodão e agora cana para produção do etanol. Tais “boas novas”, na verdade, se inserem como parte de complexos oligopólios que se estruturaram em escala planetária, com tentáculos por todos os cantos do planeta, estabelecidos na estrutura global de produção e consumo (DANGELIS FILHO; DAYRELL, 2006).

Essa opção, que denominamos de segundo caminho, tem como base de sustentação uma agricultura sob domínio quase que completo pelos complexos agroindustriais associados aos conglomerados financeiros (DELGADO, 1985). Uma estrutura de produção e consumo que busca subordinar aos seus interesses, de forma truculenta, todos os territórios do planeta. Uma sobre-exploração dos recursos e de degradação do ambiente que, segundo Enrique Leff (1994), é o resultado de uma racionalidade econômica que separa a natureza do campo da produção. Esse autor analisa a contribuição de Marx ao desvendar a lógica subjacente ao capitalismo que transforma o desejo humano em uma demanda crescente e insaciável de mercadorias, cujo processo se desenvolve não para submeter a natureza aos fins dos homens, mas, sim, à lógica do capital. O que vem desencadeando um dos maiores problemas políticos e econômicos de nosso tempo: a destruição dos recursos naturais e na degradação do meio ambiente em uma escala global como resultado do processo de reprodução do capital em uma escala nunca vista anteriormente (LEFF, 1994 *apud* DAYRELL, 1998).

Ameaçando levar a uma desestruturação quase que total dos sistemas naturais responsáveis pela manutenção da vida no planeta, o que norteia a sua lógica é a negação completa do outro, no caso os intrincados e complexos sistemas camponeses que persistem e ainda são os principais responsáveis, no Brasil, pela produção de alimentos e pelo emprego de mão de obra no campo, conforme nos informa a recente divulgação dos dados do censo agropecuário realizado em 2006. E que negação é esta? A persistência de

³Estrutura produtiva cujas raízes remontam ao período colonial, com base na grande propriedade, monocultura, tendo a produção destinada à exportação. Atualmente, no Brasil, se refere a uma associação entre o capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária, associação que realiza a estratégia econômica do capital financeiro (DELGADO, 2005).

sistemas camponeses que têm em comum uma racionalidade regida por outra lógica que não a capitalista. Ao mínimo questionamento aos seus interesses, reagem de forma furiosa, como o que vemos constantemente na mídia pela violência junto aos índios, aos sem-terra, aos quilombolas e outras comunidades tradicionais que lutam pelos seus direitos de existência; ou no congresso nacional, nos parlamentos e governos estaduais, capitaneados pela bancada ruralista, a fazerem uma defesa intransigente do agronegócio. Segundo Edgardo Lander, o que está em curso é uma ação civilizatória, modernizadora, dos portadores de uma cultura que se acha superior, onde os outros ou são primitivos ou atrasados: “*aniquilação* ou *civilização imposta*” definem, destarte, os únicos destinos possíveis (LANDER, 2005, p.14, grifos do autor).

Mas há um segundo caminho, em contraponto a esse, que tem antecedentes que remontam ao início da agricultura há pelo menos 10 mil anos, passando pelo Renascimento no fim da Idade Média, pelas revoltas camponesas na Europa no início da revolução industrial, pela filosofia marxista que emerge no seio da sociedade eurocêntrica.⁴ Em todos eles, sempre presente e cumprindo papéis fundamentais no fornecimento de alimentos e outros materiais necessários à existência humana, a agricultura camponesa, extremamente diversificada, que Toledo (1996) denomina de “modalidade campesina”. Segundo esse autor, uma modalidade de relação com a natureza, gestada há vários milhares de anos, e que ainda é encontrada nas mais de 6.000 culturas não ocidentais que “persistem no final do Século XX, principalmente em nações e estados que resistindo à expansão cultural européia seguem mantendo marcantes traços civilizatórios não ocidentais em sua contínua inter-atuação com a natureza”⁵ (TOLEDO, 1996). Trata-se de uma tradição de origem rural, em que a racionalidade de usos dos recursos está fundada na construção de estratégias que garantam a sua manutenção e reprodução social. Nesse caso, os excedentes são gerados a partir da relação que a produção estabelece com o mercado, mediado pelos valores culturais do grupo. Modalidade que entra em confronto com a outra modalidade de produção – que ele denomina de “modalidade agroindustrial” por se tratar de uma tradição de origem não rural, originada dos setores urbanos e industriais da sociedade. Modalidade que surge, no dizer de Toledo, “no como el paso adelante de la evolución (o co-evolución) entre la sociedad e la naturaleza, sino como un fenómeno que disloca y niega esa evolución” (TOLEDO, 1996, p.15).

No Brasil encontramos uma grande diversidade dessas “modalidades campesinas”, em todos os biomas. Assim como, nos cerrados brasileiros, que compõem um território sob disputa. Os últimos dados organizados pelo MMA dão conta de uma taxa de desmatamento anual da ordem de 21.300 km² (duas vezes superior à taxa que se verifica na Amazônia).⁶ Com mais de 50% de sua vegetação original alterada, os cerrados brasileiros têm uma história de ocupação que remonta pelo menos 12.000 anos. No entanto, ignorância e desconsideração por parte significativa das elites econômicas,

⁴ E, portanto, também contaminada por ela.

⁵ Tradução do autor.

⁶ Mais informações, ver no Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado – PPCerrado – Ministério do Meio Ambiente. Setembro de 2009.

políticas e até mesmo acadêmicas, nacionais e internacionais, cujo silêncio muito conveniente vem permitindo a

[...] expansão de um modelo agrário/agrícola com base na monocultura empresarial, cujo impacto sócio-ambiental pode ser observado não só no acentuado êxodo rural, com suas seqüelas de perda de diversidade cultural e, ainda, de uma extrema concentração fundiária e de riqueza como, também, pela degradação de suas condições ecológicas (PORTO-GONÇALVES, 2008).

A exemplo dessas modalidades de produção em disputa nos cerrados brasileiro, a seguir, apresentaremos a agricultura geraizeira desenvolvida nos sertões de Minas Gerais. Localizada nos vastos altiplanos de formação sedimentar, porção mais elevada da paisagem regional e que se estende ao longo das margens esquerda e direita do rio São Francisco, onde espraiam imensas chapadas cobertas por vegetações de cerrados e veredas, ora moldadas pela ocupação de camponeses migrantes europeus, ora salpicados e / ou misturados com indígenas e africanos aquilombados, dando corpo às paisagens conhecidas como os Gerais. Especialmente nas regiões de contato ecossistêmico, tais camponeses são conhecidos ora como Geraizeiros, ora como Geralistas.

Povos que vivem nos Cerrados, um dos biomas brasileiros violentamente pressionado pela velocidade com que o agronegócio avança sobre seus territórios, provocando verdadeiros etnicídios, como os que se abatem sobre o povo Guarani-Kawiowa no Mato Grosso do Sul, sobre os Veredeiros do São Francisco, ou sobre os Geraizeiros da região do Alto Rio Pardo, região norte de Minas Gerais.

AGRICULTURA NOS CERRADOS

A ocupação humana do Cerrado remonta, segundo alguns autores, pelos menos doze mil anos antes do presente. Desde os antigos povos caçadores coletores, com suas diversas tradições culturais, passando pelas centenas de nações indígenas que aí viviam e tiravam o seu sustento, até as comunidades de camponeses que se desenvolveram a partir da ocupação colonial de origem europeia iniciada nos anos 1500. Essa ocupação foi enriquecida ainda mais com as constantes fugas de negros oriundos do continente africano que viviam no Brasil em regime de escravidão até o final do século XIX e encontraram aí refúgio e sustento.

O conhecimento milenar dos indígenas sobre os diversos ecossistemas do Cerrado (os quais denominamos “cerrados”) foi fundamental para a ocupação colonial e, principalmente, para os camponeses e comunidades quilombolas. E não por acaso. Por estar situado em ambientes de solos considerados pouco férteis e ácidos, portanto impróprio para a maioria dos cultivos exóticos, os cerrados não foram objeto de cobiça, em um primeiro momento, pelos donatários, sesmeiros e, posteriormente, pelos grandes latifúndios que marcaram e ainda marcam o cenário rural brasileiro. O domínio sobre essas terras significava muito mais poder político que, de fato, interesse sobre o seu potencial produtivo. Mas, para os camponeses, para os negros que se “aquilombaram”, os indígenas que resistiram ou se misturaram aos novos ocupantes, a miscigenação e o desenvolvimento de novos conhecimentos sobre os ambientes dos cerrados e de seus potenciais ecossistêmicos foram

fundamentais para a agricultura que aí se desenvolveu, suprimindo com gêneros os povoados e as cidades que se formaram a partir de então.

Ricardo Ribeiro (2001 e 2006), em sua pesquisa sobre a história ambiental e as relações das populações tradicionais com o cerrado brasileiro, cita o “complexo agrícola” onde cultivos como o da mandioca, do cará e outros, oriundos do norte, encontram com o da abóbora, do milho, do algodão e do feijão, coincidindo, no Brasil, com “a distribuição geográfica dos povos de língua Jê e com um tipo de cerâmica parda alisada, às vezes, polida” (RIBEIRO, 2001). Agricultura que era articulada com as atividades de caça, pesca e coleta dos produtos extrativistas do cerrado em suas estratégias de alimentação. Estudos etnográficos realizados entre diversos grupos Jê mostram que “as roças de milho eram abertas e plantadas, dispersando-se o grupo em pequenas bandas para a atividade de coleta, caça e pesca, as quais voltavam-se a se concentrar, pela época da colheita” (GALVÃO, 1979 apud RIBEIRO, 2001).



Foto: Elisa Cota - Aspectos da ocupação humana do cerrado

O Cerrado passou ao largo da historiografia oficial. A vegetação campestre e savânica, típica do Cerrado, não enchia os olhos dos viajantes europeus, pesquisadores e historiadores, que se extasiavam com as densas florestas tropicais, como a Mata Atlântica ou a Amazônia. A predominância de árvores de porte pouco elevado, troncos retorcidos e com grossas camadas de lignina, folhas grandes e coriáceas, sobre extensos chapadões, uma paisagem aparentemente monótona, “feinha”, segundo muitos observadores externos, contribuíram para deixar passar ao largo do interesse oficial.



Foto: Elisa Cota - Aspectos da ocupação humana do cerrado.

Assim como a ocupação camponesa tradicional, a pecuária extensiva do período colonial pouco alterou a estrutura dos ecossistemas presentes no Cerrado. Com uma vegetação adaptada ao fogo ocasional – não por acaso os troncos das árvores são recobertos por uma espessa camada de cortiça – o interesse pela pastagem nativa leva, no entanto, ao aumento na intensidade do uso do fogo. Mas o que vem a marcar a paisagem dos cerrados brasileiros inicia-se com a decisão de transferir a capital do Brasil para o Planalto Central, com a construção de Brasília e a criação do Distrito Federal nos anos 1950. O golpe militar, ocorrido em 1964, e a opção pela modernização conservadora do campo através da Revolução Verde sela o destino desses ecossistemas, diversos e singulares, muito pouco conhecidos até a presente data. O desenvolvimento de variedades agrícolas geneticamente uniformes e o uso de insumos químicos – fertilizantes e agrotóxicos – associados com a mecanização extremamente facilitada pelas vastas superfícies planas dos cerrados transformam esses ambientes em um dos principais produtores de *commodities* agrícolas demandados pelo mundo globalizado: soja, carne bovina, café, açúcar e, agora, energia através da produção do etanol.

No entanto, mesmo com a força avassaladora de recursos e capitais investidos neste modelo de agricultura que se quer predominante e único, persiste ainda em vastas áreas dos cerrados brasileiros povos e comunidades que mantêm vivo sistemas diferenciados de produção e de relações com a natureza mediados por outros padrões. É o caso da agricultura goraizeira que se desenvolveu nos altiplanos dominados pelos cerrados no Norte de Minas Gerais e que ainda mantêm circuitos econômicos que repercutem de forma significativa na vida de milhares de famílias camponesas e com incidência nos mercados com uma diversidade de produtos que são consumidos, *in natura* ou beneficiados, por outros tantos

consumidores, embora invisíveis num contexto de encurralamento e de apagamento a que vem sendo submetida.

DIVERSIDADE, CONHECIMENTO E ECONOMIA NOS ALTIPLANOS DO NORTE DE MINAS GERAIS.

As superfícies de aplainamento da Depressão Sanfranciscana, que acompanha longitudinalmente o rio São Francisco na região Norte de Minas, encontra, em sua margem esquerda, imensos chapadões, arenosos, com escarpas abruptas onde dominam os cerrados entremeados com extensas veredas. Já na margem direita, grandes conjuntos de superfícies tabulares reelaboradas são encontradas, entremeadas por extensos vales que dão origem a uma rede hidrográfica, formadores dos diversos tributários do rio São Francisco. Solos arenosos, também com predomínio dos cerrados. Mais ao norte, essa mesma depressão encontra as encostas da Serra Geral e, adentrando-a, encontram-se as vastas chapadas associadas com montanhas e topos de morros, que são drenadas por centenas de nascentes que vão formar os ribeirões, córregos das bacias dos rios São Francisco, Pardo e Jequitinhonha.

É possível reconhecer nesses vastos espaços, de terras arenosas e ácidas, onde por durante muito tempo foi de pouco interesse dos grandes proprietários, a existência de uma população tradicionalmente denominada, em alguns locais como geraizeiros, em outros como geralistas, veredeiros, campineiros e até mangabeiros (PIERSON, 1972; DAYRELL, 1998; COSTA, 2005). Populações que possuem formas singulares de apropriação da natureza regida por um sistema peculiar de representações, códigos e mitos (DAYRELL, 1998). A agricultura desenvolvida por essas populações consiste no plantio de lavouras diversificadas de mandioca, feijões, milho, cana, abóboras, batata-doce, associado com a criação na solta de gado bovino, aves e suínos. Os cultivos guardam uma rica diversidade de espécies e variedades e os cerrados (com seus tabuleiros, espigões e chapadas) fazem parte da estratégia produtiva fornecendo, de forma extrativista, forragem para o gado, caça, madeira, frutos, folhas, mel e medicamentos. Além de fornecer alimentos e remédios para o autosustento familiar, passa a desempenhar, cada vez mais, um papel importante na geração de renda pela comercialização de frutos, óleos, plantas medicinais e artesanatos.

Um aspecto muito comum e fundamental na agricultura geraizeira é a diversidade de espécies agrícolas e da flora nativa, conhecidas e manejadas, além da diversidade de variedades que são encontradas nos principais cultivos, e que denominamos de (agro) biodiversidade. Em Dayrell (1998) foi encontrado, em uma única unidade produtiva geraizeira, um total de 65 espécies agrícolas manejadas e 76 espécies nativas. Entre as 65 espécies agrícolas, foi encontrado um total de 137 variedades, o que pode ser conferido na TABELA 1, a seguir.

Só para se ter ideia da diversidade manejada apenas na cultura da mandioca e da cana, foram encontradas, respectivamente, 21 e 13 diferentes variedades cultivadas. Outros estudos realizados em Rio Pardo de Minas, Chapada Gaúcha e Grão Mogol repetem esse quadro, demonstrando que a

agricultura geraizeira tem como adicional a manutenção de um verdadeiro banco de germoplasma vivo.

TABELA 1 - (Agro) Biodiversidade Manejada

TIPOLOGIA	Agroecossistema Familiar 1	
	Nºespécies	Nº variedades
SUBSISTEMAS		
Quintal	20	73
Horta	54	67
Roça	1	13
QUALIDADE		
Frutíferas	20	40
Hortaliças	24	33
Medicinais	12	12
Grãos	4	15
Mandioca	1	21
Cana	1	13
Outras	3	3
Sub total	65	137
NATIVAS MANEJADAS⁷		
Alimentação Humana	21	
Alimentação do gado	23	
Construção e utensílios ⁸	25	
Lenha	12	
Medicinais	25	
Total de nativas ⁹	76	
Total Geral ¹⁰	141	

Fonte: Dayrell (1998).

Com relação às espécies nativas manejadas, as comunidades geraizeiras, de uma maneira geral, têm um grande conhecimento sobre os usos potenciais das espécies, seja do ponto de vista alimentar, medicinal, ou para outros usos como madeiras especiais, lenha, artesanato, produção de sabão, etc. Conhecem também a fenologia e a capacidade de regeneração das espécies a partir da planta utilizada, o que remete a cuidados no sentido de garantir a perpetuação da população. Na TABELA 2, indicada a seguir, temos o resultado do conhecimento de comunidades geraizeiras que vivem no entorno do Parque Nacional Grande Sertão acerca de algumas das principais espécies por eles utilizadas.

⁷ Referem-se às plantas nativas que são utilizadas com alguma frequência.

⁸ Espécies de plantas que foram encontradas nas construções, habitações, móveis, utensílios domésticos, artesanato, cercas, etc.

⁹ A soma total das espécies nativas não é equivalente à soma de acordo com o uso, pois uma mesma espécie pode ter mais de um uso.

¹⁰ Refere-se à soma das diferentes qualidades de plantas. Uma determinada espécie pode ser cultivada em mais de um subsistema, por isso, se somássemos a diversidade de plantas nos subsistemas, o valor seria superior ao total geral.

TABELA 2 - Principais espécies manejadas

ESPÉCIE	UTILIDADE		DESTINO		REGEN. (A M B)
	PARTE DA PLANTA	PRODUTO	CONS	VENDA	
Buriti	Olho –	Seda, esteira, rede	X	X	M
	Palha	Esteira, cobertura	X	X	A
	Fruto	<i>In natura</i> , raspa desidratada, geleia doce	X	X	A
	Semente	Fuso	X		A
	Nervura	Cortina	X		M
	Talo	Peneira, porta, janela, cama, roupa	X	X	A
	Tronco	Ripas, vinho, jirau, galinheiro	X		B (nula)
	Raiz	Medicinal	X		B
Coco cabeçudo	Palha,	Vassoura,	X		A(1 ano)
	Fruto,	<i>In natura</i> , suco	X	X	
	Castanha,	Paçoca,	X		
	Palmito	<i>In natura</i> , doce	X		Nula
Coco Indaiá	Fruto	<i>In natura</i> , óleo, paçoca,	X	X	A
		bolo, doce, cachimbo	X		
Coco Palmeira	Palha	Cobertura, forro p/mandioca	X		A
	Nervura	Ripa	X		A
	Fruto	Óleo, paçoca, bolo, doce, sabão	X	X	A
Favela	Frutos	Remédio	X	X	A
Pequi	Frutos,	Alimento, óleo, sabão	X	X	A
	Tronco	Cerca, curral, artesanato	X	X	B

Legenda: CONS – Consumo; REGEN. (A M B) – Regeneração (Alta, Média ou Baixa)

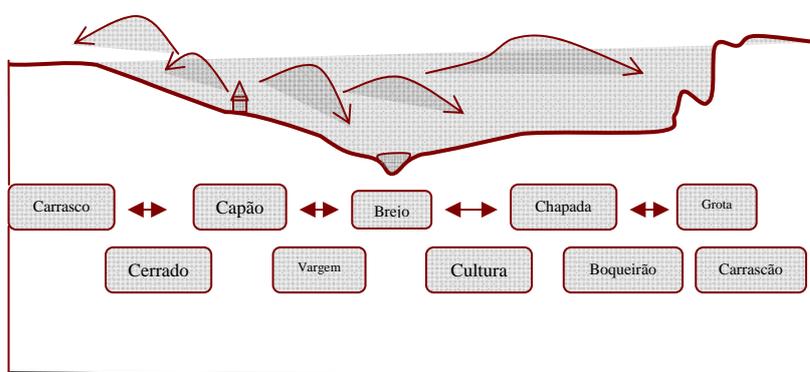
Fonte: Dayrell (2002)

Além do conhecimento sobre a (agro)biodiversidade, essas populações reconhecem, em seu território, uma extensão contínua de “Gerais”, terras de Cerrado, recortada por inúmeras zonas ecológicas. Para os geraizeiros, tais molduras são talhadas assumindo qualidades específicas pela combinação de fatores que se interagem diferenciando os ambientes. É necessário destacar que tais fatores não são vistos de forma isolada: qualidade de solos, vegetação, influências sutis deixadas pela rede de drenagem, pelos corpos de água, construindo um mosaico único de atributos que se realiza pela sua interação, conformando uma unidade da paisagem. Em regiões de predomínio de veredas, os veredeiros desenvolveram estratégias muito específicas de manejo desse delicado ecossistema, abrindo clareiras com plantio de arroz, feijão, mandioca, banana e outras fruteiras em complexos sistemas de consórcios e de pousio. Nas regiões com adensamentos de mangaba (*hancornia speciosa*), os geraizeiros ou geralistas especializaram-se na coleta do látex da mangada que era comercializado como sucedâneo da borracha originada da seringueira.

Em um estudo realizado junto a comunidades agroextrativistas no entorno do Parque Nacional Grande Sertão – município de Chapada Gaúcha (MG) –,

verificou-se um reconhecimento pelos geraizeiros de diversas unidades da paisagem por eles manejadas. Essas unidades estão correlacionadas com a posição na paisagem, com os tipos de solos, vegetação e proximidade com o lençol freático. Em cada unidade, identificam o potencial produtivo, as culturas mais adaptadas e, em alguns casos, variedades e aspectos específicos do seu manejo. Além disso, as espécies da flora, que são de dispersão mais específica ou de dispersão mais ampla. O perfil transversal da unidade da paisagem foi desenhado, conforme o esquema explicitado na FIGURA 1, a seguir.

FIGURA 1 – Unidades da paisagem



Fonte: Dayrell (2002)

Para os geraizeiros, cada unidade da paisagem tem uma ou múltiplas potencialidades, e essa potencialidade é utilizada nas estratégias produtivas dos geraizeiros a partir de um conhecimento sincrônico e diacrônico do ambiente. A lógica da ocupação dos terrenos pelos geraizeiros segue uma estratégia de multiusos das diferentes unidades da paisagem, explorando suas potencialidades, mas respeitando, também, os seus limites.

A apropriação é realizada aproveitando-se a fertilidade e a umidade das Vazantes para as culturas mais exigentes. Nos Tabuleiros, divisa do capão com as chapadas ou carrascos, constroem suas moradas, plantam os quintais, cultivam as plantas mais adaptadas: mandioca, amendoim, abacaxi, feijão catador e andu. Das chapadas e dos carrascos provém o complemento fornecido pela diversidade de frutíferas nativas, óleos, fibras, forragem para o gado, lenha, madeira para diversos fins. De todos eles, a caça; das lagoas e riachos, a pesca. A interação é complexa e a manutenção da vitalidade dos ecossistemas é fundamental para a sobrevivência do geraizeiro.

A relação que se estabelece no processo de apropriação da natureza é mediada pelo saber, pelo conhecimento acumulado ao longo de gerações, transmitido e enriquecido no tempo e no espaço, geração após geração. Produzindo saberes, valores e habilidades singulares, que configuram um modo particular de “aprender na prática”, que liga intrinsecamente trabalho, família e prática social, como apresentou Augusto (2011) nas narrativas de vida de lideranças sociais da região. Em que contexto, prática, espaço e

tempo não se separam, conformando modos particulares (abertos) de ser e saber (AUGUSTO, 2011). A experiência única e particular do produtor na sua vida diária, no intuito de garantir a sua sobrevivência, se articula com a unidade familiar, com a comunidade, até abranger todo o meio social em que está inserido. Conhecimento tradicional e moderno que se fundem no processo de apropriação da natureza e mediado pelos valores e crenças que norteiam a sua cultura. Produção e forma de produzir que carrega em si, no dizer de Woortmann (1997), a lógica e a simbólica do grupo social em que o produtor está inserido (DAYRELL, 1998).

A ocupação geraizeira e seus sistemas de produção de natureza agroextrativista conseguiram manter, durante décadas e mesmo séculos, o funcionamento das funções ecológicas dos ecossistemas e, principalmente, o delicado equilíbrio hidrológico dos recursos hídricos nesta região do semiárido norte mineiro. Isso sob um regime de uso comunal dos recursos naturais, cuja dinâmica estabelecia delimitação de limites e prévias formas de governança.

Embora o contexto extremamente desfavorável iniciado nos anos 1970, de encurralamento pelas grandes monoculturas, pelos grandes projetos agropecuários que lhes tomou parte significativa de seu território tradicional, centenas de comunidades geraizeiras resistem, continuando a manter sua contribuição fundamental no abastecimento de gêneros em diversos mercados, na maioria das vezes invisíveis pelas estatísticas oficiais. E não apenas gêneros alimentícios, diversos outros produtos que abastecem mercados nacionais e até mesmo internacionais, muitas vezes, são oriundos dessa produção.

Um estudo realizado na região do Alto Rio Pardo de Minas demonstrou a importância da agricultura geraizeira na produção de cachaça. A pesquisa levantou uma produção anual de cachaça estimada em 10 milhões de litros produzidos por um total de 480 fábricas (alambiques familiares). Apenas no município de Rio Pardo de Minas, a produção obtida no ano de 2006 foi de 5 milhões de litros. No entanto, olhando o ICMS arrecadado nesse mesmo ano para essa atividade, o valor verificado foi de R\$ 9,92 (nove reais e noventa e dois centavos).¹¹ A maior parte do destino dessa produção é orientada para os mercados locais ou então para as engarrafadoras de Salinas, que daí abastece o mercado nacional e também internacional. Se por um lado, a invisibilidade faz tarde de uma estratégia de evitar a perseguição pelo estado, por outro lado, impede de construir políticas direcionadas especificamente para esse público. Quem se beneficia são as empresas comerciais que fazem o engarrafamento, estas sim consideradas como produtoras (MONÇÃO & DAYRELL, 2007).

Outros exemplos referem-se à coleta de plantas nativas que são processadas comercialmente, seja para produção de fármacos, a exemplo da coleta da favela ou fava danta (*Dimorfandramollis*), que possui substâncias como a rutina, usada no tratamento do glaucoma, e a quercetina, açúcar utilizado em complementos alimentares;¹² ou o buriti (*Mauritiaflexuosa*), cujo óleo extraído

¹¹ Disponível em: <www.fazenda.mg.gov.br>. Acesso em: 22 dez. 2009.

¹² Atualmente, no Brasil, 5 indústrias beneficiam a Fava Danta. Em 1996, apenas a MERK movimentou cerca de R\$ 12 milhões de dólares.

da fruta possui, além do valor medicinal (vermífugo, cicatrizante e energético natural), substâncias que dão cor, aroma e qualidade a produtos de beleza, como cremes, xampus, filtros solares e sabonetes.

REDES SOCIOTÉCNICAS, IDENTIDADE E DOCÊNCIA CAMPONESA¹³ – ATUAÇÃO JUNTO ÀS COMUNIDADES TRADICIONAIS DO SERTÃO MINEIRO¹⁴

Atualmente, existe um reconhecimento por parte do governo, especificamente no que se refere às diretrizes de políticas públicas, do Brasil como nação pluriétnica e multicultural. A inclusão produtiva de agricultores familiares e povos tradicionais na busca por justiça social deve ser marcada por esses princípios. A coerência com esses princípios exige uma abordagem metodológica que primeiro reconheça a existência de desigualdades de gênero, geração, raça e etnia e, a partir daí, construa as bases para uma mudança desse contexto através de ações que tenham incidência na realidade desses sujeitos.

Entendemos que os processos educativos estabelecidos nas práticas do que se denomina de extensão e educação rural devem gerar autonomia para os sujeitos sociais diretamente envolvidos nas relações dialógicas estabelecidas entre técnicos/agricultores/agricultoras. Essa autonomia refere-se diretamente aos “caminhos percorridos” para o alcance dos objetivos propostos. Entretanto, para que um processo educativo seja pleno, deve-se conhecer as formas pelas quais as desigualdades sociais são reproduzidas, nos contextos específicos onde incidem as ações. Portanto, antes de traçarmos os “caminhos” metodológicos, destacamos o esforço para envolver todos os sujeitos sociais, nos processos de construção do conhecimento e, por conseguinte, nas transformações sociais pleiteadas pela prática da educação e da extensão rural.

Os grupos etnicamente diferenciados, englobados pelo conceito de povos e comunidades tradicionais, têm uma longa história, por um lado, de dominação, descaso e exclusão e, por outro lado, de afirmação de sua identidade e de luta por direitos sociais, principalmente pelo território. Desde o período colonial da história brasileira, foram construídas estratégias de apagamento da identidade, da cultura e do sentido de pertencimento a um território, para os povos indígenas, africanos escravizados e para a grande maioria do campesinato brasileiro, repercutindo de forma significativa em suas economias. A resistência histórica desses povos a esse apagamento, através da luta, da fuga e da invisibilização, possibilitou a demarcação de alguns territórios indígenas e a formação de comunidades camponesas com tradições culturais diversas, entre estas as comunidades negras que povoaram o Brasil com centenas ou, senão, milhares de quilombos. O processo de modernização da economia brasileira significou para estes

¹³ Eduardo Ribeiro é um dos pesquisadores que vem desenvolvendo esta noção que está por traz de diversas iniciativas que tem nos agricultores e agricultoras e suas comunidades e organizações o principal espaço de interlocução técnica.

¹⁴ Esta parte do texto tem como referência as metodologias e técnicas de trabalho apresentado no Plano de Etnodesenvolvimento do Quilombo de Brejo dos Crioulos pelo CAA-NM (2012) e o texto Redes Sócio-técnicas e Agricultura Sertaneja: novos enfoques em programa de ATER de Dayrell e Souza (2007).

povos e comunidades um violento processo de ruptura e de degradação de suas condições de vida, nos sistemas de produção e no domínio territorial. A luta desses povos por seus direitos ganha legitimidade na atualidade a partir do reconhecimento da sua contribuição como formadores do patrimônio cultural da nação brasileira e da valorização do saber tradicional no manejo sustentável dos diversos ecossistemas nacionais.

Estudos têm destacado que as mulheres agricultoras, trabalhadoras rurais, quilombolas e extrativistas trabalham no conjunto de atividades que fazem parte do que consideramos ser a "agricultura familiar": preparo do solo, plantio, colheita, criação de pequenos animais, entre outras atividades. Na maioria dos casos, elas são responsáveis pelo sustento alimentar das famílias, pela manutenção da biodiversidade, pela preservação das águas e das matas e, ainda assim, historicamente pouco se tornaram protagonistas de programas de apoio à agricultura (CARDOSO *et al.*, 2003). Ao mesmo tempo em que as mulheres assumem a carga de "cuidar" da segurança alimentar e nutricional da família, elas sofrem mais com a fome e a desnutrição, segundo dados das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação.

Outro segmento que historicamente tem ficado de fora das ações são os jovens. Os jovens têm se destacado como uma população vulnerável em várias dimensões (UNESCO, 2004). Entendemos vulnerabilidade como "(...) o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade" (ABRAMOVAY, 2002).

Neste sentido, acreditamos que há no campo e, especialmente na juventude do campo, um grande potencial de organização e manifestação em movimentos sociais de crítica e de luta por melhores condições de vida (ROSSATO, 2006). Assim, consideramos que fortalecer a juventude do campo é buscar condições para que os/as jovens ressignifiquem sua identidade, o que inclui a possibilidade de viver no campo com dignidade participando efetivamente dos espaços de organização econômica e com respeito a sua autonomia.

Como vimos anteriormente, a agricultura geraizeira está inscrita em uma região que é portadora de imensa diversidade ecológica onde as chapadas, capões, carrascos, brejos e vazantes são povoados por comunidades camponesas que apresentam uma geodiversidade seguida por diversidade cultural e étnica. O que leva a necessidade de romper com as abordagens homogeneizadoras e generalizantes de "pequena produção" ou "agricultura familiar" e adotar a perspectiva da multiculturalidade e da pluriétnicidade dessas populações. Esses elementos são aportados por Carvalho (2005), Almeida (1989), Mignolo (2003, 2005) e Diegues (1996) que tratam os povos e comunidades tradicionais como portadores de identidades, territorialidades e sistemas de saber específicos sobre as paisagens, a biodiversidade e os fenômenos naturais.

A caracterização da realidade socioeconômica dos municípios, comunidades e agricultores familiares beneficiários demanda uma abordagem mais integradora dos aspectos socioeconômicos e ambientais. Nesse sentido, é

importante considerar a perspectiva fundamentada nos estudos de economia ecológica, especialmente desenvolvidos por Martinez-Alier (1992, 1999) e Leff (1998), nos quais a socioeconomia das comunidades está entrelaçada à problemática agrária e ambiental.

Para o Centro de Agricultura Alternativa do norte de Minas – CAA NM, a perspectiva das ações educativas junto às estas comunidades deve apoiar-se nas metodologias de diagnóstico participativo, identificação, análise de problemas às ações técnicas em seu aspecto restrito, fundamentado nos princípios da agroecologia e nas disciplinas que analisam a problemática socioambiental de forma integrada, em especial, a etnopedologia, a etnoecologia e a geografia crítica.

A agroecologia adota uma visão integradora em que paisagens e agroecossistemas são construídas a partir de processos coevolutivos homem – natureza e “ (...) tanto a cultura humana molda sistemas biológicos como estes moldam a cultura. Cada qual pressiona seletivamente o outro. Os povos e seus sistemas biológicos desenvolveram-se mutuamente (NORGAARD, 1989, p.45).

A perspectiva agroecológica compreende o processo de ocupação do solo e constituição das paisagens agrárias dessa região como um amalgama entre a diversidade ecológica e a cultural. As múltiplas paisagens agrícolas vem sendo construídas a partir do desenvolvimento de agroecossistemas que ganham fisionomias características relacionadas às identidades de suas populações.

Segundo Von der Weid (2012), os diagnósticos de agroecossistemas utilizados na promoção do conhecimento agroecológico os problemas são analisados de forma integrada e as soluções previstas não são generalizáveis nem pontuais. Os diagnósticos não são individuais, mas territoriais, sendo que o tamanho deste “território” varia de uma localidade até o território propriamente dito. Eles permitem estabelecer uma tipologia de agroecossistemas e subconjuntos de agricultores com problemas e causas semelhantes mas também agroecossistemas, sistemas e subsistemas com soluções criativas e inovadoras, muitas delas baseadas no conhecimento tradicional. Os agricultores deverão identificar-se com um destes subconjuntos para iniciar um processo de experimentação coletiva de uma ou mais soluções que podem ser adaptadas por cada um deles às suas situações particulares.

O papel dos técnicos neste processo é o de identificar propostas técnicas oriundas das práticas tradicionais ou inovadoras dos agricultores ou do arsenal oferecido pelo conhecimento científico e submetê-las à escolha dos agricultores de cada grupo de experimentadores. Cabe a eles, mas também aos agricultores mais avançados nos processos de experimentação manter uma dinâmica de trocas de experiências nos grupos de agricultores de forma a que os avanços e problemas encontrados sejam socializados coletivamente e sirvam para retroalimentar os experimentos de cada um. Nestes processos as dinâmicas de experimentação são credoras dos aportes técnicos tanto dos agricultores como dos técnicos de ATER e as organizações dos agricultores têm um papel dinamizador do conjunto das atividades de intercâmbios, cursos e visitas a experiências mais avançadas (VON DER WEID, 2012).

São ações que investem na qualificação técnica dos agroecossistemas, nos especialistas locais e na formação continuada através de cursos e visitas de intercâmbio no sentido de reconhecer as unidades camponesas como espaço

de desenvolvimento e inovação tecnológica. Onde ganha corpo, no dizer de Eduardo Ribeiro *et al* (2006), uma noção de ação educativa que tem na “docência camponesa” um importante instrumento¹⁵, que pode configurar um processo de aprendizagem na prática e um modo de aprender, que Rosely Augusto (2011) reconheceu em sua pesquisa, como uma “comunidade de prática”,¹⁶ que, no caso, articulam conhecimentos práticos e conhecimentos técnicos-científicos, internos e externos, escolares e não-escolares numa situação de aprendizagem intencionada, entre sujeitos de saberes, “mestres e aprendizes”, que tem seu foco nos processos de aprendizagem pela participação. Processos, situações e comunidades de práticas e aprendizagem que não se fazem isoladamente e se constituem em redes de intercâmbios, de formação, de trocas cooperativas e, também, muitas vezes, em conflitos e tensões (AUGUSTO, 2011). Assim ganha sentido as ações de construção de conhecimento que procuram promover a identificação e a interação de redes de diálogos técnicos, redes que são desenhadas por relações mais ou menos regulares e estruturadas entre agricultores vizinhos ou entre eles e agentes externos (SABOURIN, 2001).

A experiência do CAA NM nos aponta que a construção de propostas agroecológicas só tem sentido se estiverem inseridas em um contexto de densidade institucional, de interações sociais e técnicas, incorporando princípios que apontem para novas formas de vivência. O desafio é não dissociar os elementos políticos, culturais e sociais da dimensão técnica e econômica.

A mobilização de pessoas e organizações em torno da agroecologia traz possibilidades de avançar de forma significativa na construção de uma sociedade sustentável, a partir de uma postura pedagógica que considere o conhecimento como fator em movimento e consiga chegar até a perspectiva do outro. Da mesma maneira, a relação agricultor & agricultor, agricultor & sociedade são também fatores potentes de mobilização para a ação.

Investimos no fortalecimento da rede sócio-técnica em que os próprios agricultores e agricultoras atuam como docentes, provocando sinergias em torno da agricultura sertaneja e da agroecologia, pavimentando um ambiente institucional mais amplo e apontando um conjunto de possibilidades de contribuição para a construção de um projeto diferenciado para a região.

Um elemento novo que surge foi a incorporação da contribuição da antropologia para a construção do conhecimento que buscamos. Tivemos um primeiro caminhar na busca do entendimento da lógica da agricultura nativa (sertaneja); em seguida uma percepção da diversidade nela inclusa, fazendo então outro caminhar na busca do entendimento de suas especificidades.

Ultimamente vivemos dois esforços de tensionamento muito saudáveis: um primeiro, de aprofundar esta busca da especificidade, de desvendar novos

¹⁵ Eduardo Ribeiro, em comunicação pessoal.

¹⁶ Segundo Augusto (2011), esse conceito foi cunhado pelos antropólogos da aprendizagem, Jean Lave e Etienne Wenger, a partir de pesquisas em diferentes culturas para designar experiências estruturadas de aprendizagem nas práticas de ofícios como alfaiates, timoneiros, parteiras e outros. Cf. Lave e Wenger (1991)

sujeitos, inserindo-os na rede sócio-técnica em formação; um segundo, na busca de uma totalidade, de retorno à agricultura sertaneja, onde temos, como melhor exemplo, a tratativa da Cooperativa Grande Sertão, cujo “território” vem se expandindo, incluindo, no dizer de Braulino, “os novos povos”.

A contribuição da antropologia muda significativamente a postura pedagógica do CAA NM que passa a tratar os grupos sociais com que interatua como um “povo”, um povo dentro de um povo maior, sendo que o nosso exercício é um caminho de duas mãos: um no sentido de compreender, de conseguir desvendar o que lhes é significante; na outra mão, o de nos conhecer, de criar condições para um entendimento maior de nossa sociedade.

Nesta perspectiva, uma lição que aprendemos com a nossa experiência metodológica em assessoria sócio-técnica é que a sustentabilidade de seus processos não pode conviver com fragmentações e descontinuidades, como as que vivenciamos no exercício das políticas governamentais. A produção do conhecimento e a mobilização para uma ação cidadã promotora de uma sociedade sustentável requerem continuidade e compromisso ético com a base social de sustentação e retroalimentação dos processos educativos; a operacionalização de suas estratégias e objetivos requerem que aportes materiais e financeiros sejam garantidos de forma suficiente e perene; requerem a indissociabilidade da pesquisa, ensino-aprendizagem e irradiação do conhecimento, bem como sua multidimensionalidade; e requerem políticas públicas multisetoriais que abordem integralmente os territórios e suas territorialidades.

Outra lição aprendida diz respeito à insuficiência da formação e de programas de assessoria sócio-técnica encerrados em si mesmos. A promoção do protagonismo dos agricultores nesses processos só é possível se os mesmos estiverem mergulhados em um ambiente de interações técnicas, sociais e políticas, onde os próprios aprendizados e as novas questões que forem surgindo são atualizados a cada momento, buscando saídas e propondo soluções.

Neste sentido, a perspectiva da ação em redes sócio-técnicas é bastante promissora e se revela como uma experiência política transformadora na medida em que se constituem num esforço individual e coletivo para superação da cultura autoritária e centralista, com um aprendizado permanente para a construção de novas relações humanas.

Consideramos que as possibilidades de irradiação do conhecimento agroecológico em construção estão centradas na sua inserção em redes cada vez mais amplas de diálogo e proposição compartilhada de alternativas ao desenvolvimento. Daí a importância de espaços como a Articulação Mineira e Articulação Nacional de Agroecologia, bem como tantos outros fóruns de debate já existentes, que precisam ser fortalecidos e instrumentalizados para ampliar sua contribuição com este projeto de sociedade.

Talvez agora possamos dizer que vemos esta possibilidade da ação em redes sócio-técnicas como a questão que nos interessa debater enquanto política pública de educação e extensão rural que considera o público rural

como um público que precisa de “assistência” técnica, que precisa do técnico para estar mediando os processos associados ao desenvolvimento (tecnológico) rural.

A questão é mais complexa, e no dizer de João Dangelis Filho (2005), “precisamos jogar uma pá de cal no entendimento arrogante de que a ação de desenvolvimento se realiza na relação técnico x agricultor: ela não se realiza neste campo, que é muito mais complexo que nos parece à primeira vista” e que está relacionada com a “arrogância interventora” que tem na ciência ocidental a sua centralidade. Este é um nó que precisamos superar.

FINALIZANDO

A história do Brasil nos mostra algumas vias do desenvolvimento da agricultura. A primeira, que surge com a ocupação colonial e perdura até meados do século passado, tem como principal característica uma produção destinada a abastecer o mercado externo, que convive, mesmo que à margem e sem políticas específicas, com a produção destinada ao abastecimento do mercado interno. Esta realizada em grande medida pela agricultura camponesa que se desenvolveu nos interstícios da sociedade brasileira. A segunda que tem como marco o Golpe Militar ocorrido em 1964 impõe ao Brasil um conjunto expressivo de políticas reformulando o sistema de pesquisa, educação e de fomento à modernização da agricultura com créditos e assistência técnica subsidiados pelo estado. Estímulo que possibilitou uma modernização em escala ampliada dos antigos latifúndios como empreendimentos agropecuários capitalistas, em detrimento da agricultura camponesa tradicional. O avanço desta perspectiva além da negação é a de colocar em xeque a existência da agricultura camponesa.

A opção pelo desenvolvimento da agricultura sob o domínio dos complexos agroindustriais vinculados ao sistema financeiro internacional com um modelo de sociedade sob a lógica do capital está levando o planeta a uma desestruturação total dos sistemas naturais que são responsáveis pela manutenção da vida no planeta. No contraponto desta opção emerge novas identidades responsáveis por uma parcela significativa da produção que tem no campesinato sua base sócio-cultural e que passam a se posicionar como sujeitos de seus ambientes. Com uma agricultura ambientalizada (RIBEIRO *et al*, 2006) e portadores de uma cosmovisão que não separa a produção do campo da natureza, passam a exigir o direito à existência, questionando o destino que a ação civilizatória modernizadora tenta impor.

É neste contexto que passa a ter visibilidade, a ser visível, a agricultura geraizeira no Norte de Minas Gerais. Oriunda da ocupação de camponeses migrantes europeus, ora salpicados e / ou misturados com indígenas e africanos aquilombados, os geraizeiros desenvolveram a habilidade de produzir e conviver com os Gerais, como são conhecidos, na região, os cerrados que fazem contato com regiões de caatinga e mata atlântica. A agricultura desenvolvida por estas populações consiste no plantio de lavouras diversificadas de mandioca, feijões, milho, cana, abóboras, batata doce, associado com a criação na solta de gado bovino, aves e suínos. Os cultivos guardam uma rica diversidade de espécies e variedades e os cerrados (com seus tabuleiros, espigões e chapadas) fazem parte da estratégia produtiva

forneendo, de forma extrativista, forragem para o gado, caça, madeira, frutos, folhas, mel e medicamentos. Além de fornecer alimentos e remédios para o auto-sustento familiar, passa a desempenhar, cada vez mais, um papel importante na geração de renda pela comercialização de frutos, óleos, plantas medicinais e artesanatos. Mas e principalmente, sua agricultura além de atender as demandas dos mercados locais e regional, atende também a demanda do mercado nacional e internacional. Como exemplos foram apresentados a produção de cachaça artesanal e a coleta extrativista da Fava D'Anta cujos produtos processados por empresas ligadas ao setor de fármacos movimentam milhões de dólares no comércio internacional.

A movimentação dos geraizeiros em torno da defesa de sua agricultura vem crescendo. Ao realizarem em 2006 a I Conferência Geraizeira reunindo suas principais lideranças, abrem o diálogo em torno da constituição de suas identidades, da necessidade do estado reconhecer sua agricultura e colocam como principal meta a luta pelo reconhecimento de seus territórios tradicionais. Passam a engrossar

um caldo de luta que extrapola os limites convencionais de acesso à terra via assentamentos rurais cujos procedimentos formalizados revelam-se insuficientes frente às comunidades que reivindicam a reapropriação de seus territórios tradicionais usurpados pelo Governo do Estado de Minas décadas atrás, ou pela grilagem promovida pelos grandes empreendimentos florestais (DAYRELL, 2008, p 42).

Esta ação se conecta com um movimento maior em torno da defesa dos cerrados brasileiros, um bioma que vem sofrendo uma agressão sem precedentes com o avanço da fronteira agrícola do agronegócio junto aos seus últimos remanescentes nativos. Bioma que tem uma história de ocupação humana de mais de 12.000 anos, onde vive uma grande diversidade de povos e comunidades tradicionais, é possuidor de uma grande biodiversidade e cumpre um papel de regulador das principais bacias hidrográficas brasileiras. Porém, seus povos e comunidades tradicionais vivem o dilema imposto pelo capitalismo global: um silêncio explícito e conveniente, da sociedade nacional e internacional que demanda seus produtos em grande escala, onde a resistência dos indígenas como os Kaiowa – Guarani , os geraizeiros do Norte de Minas e do Oeste Baiano, ou dos Retireiros do Araguaia, pouco é veiculada pela mídia.

O que marca esta movimentação é a entrada em cena de populações vivendo em comunidades que reivindicam não apenas a terra, mas o direito de ser reconhecida como detentoras de uma cultura própria, uma maneira diferenciada de ver e agir no mundo. Que possuem uma economia que considera outros valores que não o lucro ou a exploração do trabalho, um jeito diferente de usar e de manejar os ambientes cujo lastro é o conhecimento construído na ancestralidade.

Povos e comunidades que trazem em si perspectivas econômicas e societárias diferenciadas e que, não por acaso, articulam-se e inserem-se na construção de uma política nacional que re-afirma o disposto constitucional da existência de uma nacionalidade plural. Emergindo no cenário social e econômico como comunidades capazes de contribuir com uma produção associada com os denominados “valores de existência” que Cláudia Luz Oliveira (2009) denominou como mercadorias de quarta geração.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Diversificação das economias rurais no Nordeste**. Brasília: MDA – NEAD, 2002.
- ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**. Brasília: Edições Eletrônicas/Senado Federal, sd. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/sf_000030.pdf>. Acesso em: 22 set. 2011.
- AGUIAR, Ludmila. **Discussão sobre o Lançamento da Rede de Pesquisa em Ciência e Tecnologia Horizontal de Cooperação para Conservação e o Uso Sustentável do Cerrado**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2007. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/comissoes/cctci/Eventos/notas-taquigraficas/nt-28-6-07-rede-de-pesquisa-em-c-t-cerrado>>. Acesso em: 22 set. 2010.
- ALIER, Joan Martinez. **La ecología y la economía**. México: Fondo de cultura Económica, 1992.
- _____. **Introducción a la economía ecológica**. Espanha, Rubes, 1999.
- _____. Justiça Ambiental (Local e Global). In: CAVALCANTI, Clóvis. **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. Cortez. São Paulo. 1999.
- ALIMONDA, H. Una Herencia en Manaos (Anotaciones Sobre Historia Ambiental, Ecología Política Y Agroecología en una Perspectiva Latinoamericana). **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n.25, p.237-255, jan.-jun. 2006.
- ALMEIDA, A.W.B. de. "Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito." In: HEBETTE, J.; CASTRO, E. (Orgs.). **Na trilha dos grandes projetos**. Belém: NAEA/UFPA, 1989.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 6.ed. Recife: UFPE, 1998.
- BARBOSA, A. S.; SCHMITZ, P. Ocupação indígena do Cerrado: esboço de uma história. In: SANO, Sueli M.; ALMEIDA, Semíramis P. **Cerrado: ambiente e flora**. Planaltina: Embrapa Cerrados, 1998. p.3-43.
- BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador**. Brasília: Verano, 2000. 270p.
- BUSTAMANTE, M. M. C. **Discussão sobre o Lançamento da Rede de Pesquisa em Ciência e Tecnologia Horizontal de Cooperação para Conservação e o Uso Sustentável do Cerrado**. Câmara dos Deputados, 2007. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/comissoes/cctci/Eventos/notas-taquigraficas/nt-28-6-07-rede-de-pesquisa-em-c-t-cerrado>>. Acesso em: 20 jan. 2010.
- CAA NM - Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. **Plano de Etnodesenvolvimento do Quilombo de Brejo dos Crioulos**. São João da Ponte: MDA – CAA NM, 2012 (mimeo).
- CARDOSO, E.M.; LUZ, C.; RIBEIRO, S.; SOUZA, D. F.; TELLES, L. "Um olhar de gênero sobre as relações sociais no campo". **Informe Agropecuário**. Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 24, n.220, 2003.
- CARRARA, Ângelo Alves. **Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674-1807**. Juiz de Fora: EDEFJF, 2007.
- CARVALHO, Horácio M. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005. 248 p.
- CASCUDO, L. C. **Prelúdio da Cachaça**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.
- CHAVES, E. R. **O sertão de Rio Pardo: sociedade, cultura material e justiça nas Minas oitocentistas**. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.
- _____. Identidades Culturais na América Portuguesa. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. História e Multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos, 24, 2007, São Leopoldo/RS. **Anais Complementares**. São Leopoldo: UNISINOS, 2007. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Edneila_R_Chaves.pdf>. Acesso em jan.2010.

COSTA, J. B. **Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos: a identidade através de um rito em Brejo dos Crioulos (MG)**. Brasília: UnB, 1999. (Dissertação de Mestrado).

_____. Cerrados Norte Mineiro: populações tradicionais e suas identidades territoriais. In: ALMEIDA, Maria G. (Org.). **Tantos Cerrados: múltiplas abordagens sobre a biogeodiversidade e singularidade cultural**. Goiânia: Vieira, 2005. p.295-319.

DANGELIS FILHO, João S. **Políticas locais para o “des-envolvimento” no Norte de Minas: uma análise das articulações local & supra-local**. Temuco: Universidade Católica de Temuco – CDS, 2005. (dissertação de Mestrado)

DANGELIS FILHO, João S.; DAYRELL, C. A. Ataque aos cerrados: a saga dos geraizeiros que insistem em defender o seu lugar. **Caderno do Ceas**. Meio ambiente Agronegócio Deserto Verde, Salvador, n.222, p.17-46, abr./jun.2006.

DAYRELL, C. **A Geraizeiros y biodiversidad en el Norte de Minas Gerais: la contribución de la agroecología y de la etnoecología en los estudios de los agroecosistemas**. Helva: Universidad Internacinal de Andalucía, Huelva, 1998. (Dissertação de Mestrado).

_____. Povos e comunidades tradicionais movimentam os sertões de Minas Gerais: em cena novos sujeitos sociais. **Revista da AMA**, ano 1, mar. 2008

DAYRELL, C.A. Projeto do GT Agroextrativismo: acesso aos novos mercados e extrativismo sustentável. Brasília: FUNATURA, 2002 (mimeo)

DAYRELL, C.A & SOUZA, S.M. **Redes Sócio-técnicas e Agricultura Sertaneja: novos enfoques em programa de ATER**. Montes Claros: RIDELC, 2007.

DELGADO, Guilherme. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo/Campinas: Ícone/Unicamp, 1985.

_____. A questão agrária na Era do Agronegócio, 1983-2003: ajuste externo, abertura política e domínio liberal. In: RAMOS FILHO, Luiz Octávio; ALY JR., Osvaldo. **Questão Agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual**. São Paulo: INCRA, 2005.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

GALIZONI, Flávia Maria. Terra, ambiente e herança no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. **Revista Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, v.40, n.3, p.561-580, 2002.

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de ciencias Sociales – CLACSO, 2005. p.8-23.

LAVE, Jean; WENGER, Etinne. **Situated Learning: legitimate peripheral participation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder**. México, Siglo XXI y PNUMA, 1998.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Revista da Emater/RS, v. 3, n. 1, p.36-51, 2002.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias Locais / Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: EUFMG, 2003.

_____. Espacios Geográficos y Localizaciones Epistemológicas: la ratio entre la localización geográfica y la subalternización de conocimientos. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v.7, n.3, 2005. Disponível em <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/177>>. Acesso em 15 jul 2009.

MONÇÃO, G.M. & DAYRELL, C.A. **A cachaça no contexto histórico, cultural e econômico da região do Alto Rio Rardo** – Minas Gerais. Relatório final. Brasília: MDA / SDT / CAA NM, 2007.

NORGAARD, Richard B. A Base Epistemológica da Agroecologia. In: ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: as Bases Científicas da Agricultura Alternativa**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1989, p. 43-48.

- OLIVEIRA, Cláudia Luz de. **Economia invisíveis e as comunidades tradicionais no norte de Minas**. Montes Claros: UNIMONTES, 2009. (mimeo).
- PIERSON, Donald. **O Homem no Vale do São Francisco**. Rio de Janeiro: SUVALE, 1972. Tomo II.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. Dos Cerrados e de suas riquezas. **Articulação do Extrativismo no Cerrado**. Disponível em: <<http://www.povosdocerrado.org.br/?p=12>>. Acesso em: 22 set. 2008.
- PRADO JR, C. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979
- RIBEIRO, Eduardo M. *et al.* Gestão, uso e conservação de recursos naturais coletivos em comunidades rurais do alto Jequitinhonha. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** (ANPUR), v. 7, p. 51-62, 2006.
- RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **“Certão-Serrado”**: História Ambiental e Etnoecologia na Relação entre Populações Tradicionais de Minas Gerais e o Bioma do Brasil Central. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. (Dissertação de Mestrado).
- _____. **Florestas anãs do sertão**: o Cerrado na história de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- SEVILLA-GUSMÁN, E.; YRUELA, M. P. Para una definición sociológica del campesinado. **Agricultura y Sociedad**, Córdoba, p.15-39, 1977.
- SEVILLA-GUZMÁN, E.; GUZMÁN, G. I. **Proteccion Etoecológica**. Córdoba: ISEC Universidad de Córdoba, 1995.
- SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. Lugar-habitat e Lugar-mercadoria: territorialidades em tensão no domínio do Cerrado. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice (Orgs.). **A Insustentável Leveza da Política Ambiental**: desenvolvimento e conflitos sócio-ambientais. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2005. p.217-244.
- TOLEDO, V. M. Campesinidade, Agroindustrialidade, Sostenibilidad: los fundamentos ecológicos e históricos del desarrollo. **Cuadernos de Trabajo**, n.3, 1995.
- _____. **La Apropiacion Campesina de la Naturaleza**: un analisis etnoecologico. Mexico, 1996. Mimeo.
- VON DER WEID, J. M. **Texto de referência do campo agroecológico para a conferência nacional de Ater**. Rio de Janeiro, ASPTA, 2011.

Data da submissão: 04/12/12
Data da aprovação: 20/12/12